



Uso de celular é proibido em escolas municipais

Decreto de Eduardo Paes estabelece que aparelho não poderá ser utilizado sequer no recreio, devendo ser guardado na mochila ou na bolsa do aluno, desligado ou no modo silencioso. Regras entram em vigor em 30 dias, mas há exceções

ANA CAROLINA TORRES
atualizada em 16/02

Um decreto do prefeito Eduardo Paes, publicado no Diário Oficial de ontem, proíbe o uso de celulares nas escolas da rede municipal do Rio — mesmo durante os intervalos, e incluindo o recreio. A medida entra em vigor em 30 dias. Em agosto do ano passado, um outro decre-

to já havia restringido a utilização dos aparelhos aos intervalos das aulas. Segundo o decreto, para que a medida fosse adotada, foram levados em conta os termos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), além de uma série de estudos.

O texto assinado por Paes

também determina exceções. Estudantes poderão ter acesso ao celular, por exemplo, antes do início da primeira aula e após o fim do último tempo de aula, desde que fora da sala.

USO PEDAGÓGICO

Alunos com deficiência ou com condições de saúde que o levam a precisar desses dispositivos também poderão utilizá-los. Ainda será permi-

tido usar o aparelho quando houver autorização expressa do professor regente para fins pedagógicos.

Outra exceção é voltada para estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas só nos intervalos. O uso será ainda liberado quando houver autorização expressa da equipe gestora da unidade escolar, em casos que ensejem o fecha-

mento ou a interrupção temporária das atividades.

O decreto estabelece que os celulares e demais dispositivos eletrônicos deverão ser guardados na mochila ou na bolsa do próprio aluno, desligados ou ligados em modo silencioso, e sem vibração. Em caso de descumprimento das regras, o professor poderá advertir o aluno e ainda limitar o uso dos

dispositivos eletrônicos em sala de aula, bem como adotar a equipe gestora da unidade escolar, diz o texto.

— A conexão do aluno deve ser com a escola e não com o celular. O uso excessivo de aparelhos eletrônicos atrapalha a concentração e prejudica diretamente a aprendizagem — afirma Renan Ferreirinha, secretário municipal de Educação.

'Indícios são de afogamento', diz delegada sobre sumiço de Davi

Menino desapareceu na Praia da Barra, perto da barraca do pai, há quase um mês

JÉSSICA MARQUES
jmarques@globo.com.br

No dia 4 de janeiro, enquanto brincava na areia da Praia da Barra da Tijuca, no Posto 4, Edson Davi jogou futebol, caminhou pelo calçadão, conversou com pessoas em barracas próximas ao estabelecimento do pai, Edson Almeida, brincou de alfinha na beira da água e até foi visto por testemunhas entrando no mar para dar um mergulho.

Tudo o que passou do dia em que a criança desapareceu foi reconstituído pela titular da Delegacia da Descoberta de Paralelos (DD-PA), Ellen Souto, que investigou o caso. Segundo ela afirmou ao GLOBO, "desde o

início das investigações não há indícios de que o menino tenha sido sequestrado".

Desde que soube do sumiço do filho, Marize Araújo defende a hipótese de que as investigações praticamente descartaram:

— Eu não acredito no afogamento. Afirmando que meu filho foi levado por alguém. Uma testemunha viu uma pessoa estranha conversar com meu filho uma hora antes de ele desaparecer. Se fosse afogamento, o corpo já teria aparecido — disse a mãe.

UNALINHADA INVESTIGAÇÃO
A principal e única linha de investigação da polícia é que Davi tenha se afogado ao entrar no mar. A criança estava sob os cuidados do pai, Edson

Almeida. Testemunhas contaram à polícia que o menino chegou a dormir na praia com o pai, na barraca, na madrugada que antecedeu seu desaparecimento. Também contam que a criança permaneceu caminhando pela areia sozinha desde as 14h daquele dia. Em depoimento, o pai de Davi disse não se lembrar da última vez que viu o menino.

— A partir da análise das imagens de 13 câmeras na orla, num perímetro de dois quilômetros, a investigação tecnicamente prova que Davi não saiu da praia. Cinco testemunhas colocam o menino brincando na beira d'água sozinho e pedindo prancha emprestado por três vezes para ir para a água brincar. Os



ALGUEIRO PIZZOLLO

indícios são de afogamento — afirma a delegada.

PASSO A PASSO

As apurações apontam que, às 14h, Davi estava a 90 metros da barraca do pai quando pediu uma prancha emprestada. Uma hora depois, pediu novamente, desta vez no calçadão. Nas duas ocasiões, o fez sem o conhe-

cimento do pai.

Todas as imagens recolhidas foram analisadas ao menos três vezes pelos peritos e mostram o menino caminhando sozinho pela areia. Além disso, cinco testemunhas que estavam na praia no dia em que Davi sumiu disseram em depoimento que "viaram a criança entrando no mar, mergulhando e até pe-

dindo prancha emprestado para nadar".

As buscas por Davi chegaram ao vigésimo nono dia ontem. O Corpo de Bombeiros passou a usar, entre outros equipamentos, uma câmera termográfica, aparelho capaz de mostrar diferentes temperaturas em um ambiente, região ou mesmo em pessoas.

Sufrimento.
Registros de câmeras e depoimentos de testemunhas descartam a possibilidade de sequestro

Alerj começa a analisar afastamento de Lucinha

Adversário político da deputada será o relator do processo

JÉSSICA MARQUES
jmarques@globo.com.br

A deputada estadual Lúcia Helena Pinto de Barros (PSD), a Lucinha, de 63 anos, tem até terça-feira para apresentar sua defesa à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj). Ontem, em sessão fechada ao público, integrantes do grupo começaram a discutir as acusações contra a parlamentar. Uma

investigação da Polícia Federal e do Ministério Público do Rio (MPRJ) apontou, no fim do ano passado, supostas ligações dela com milicianos da quadrilha de Luís Antônio da Silva Braga, o Zinho, preso em dezembro do ano passado. Por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Alerj terá que decidir se afasta ou não Lucinha da Casa.

Presidente da CCJ, o deputado Rodrigo Amorim (PL) pediu, e foi nomeado relator

do caso. Nenhum integrante, no entanto, se opôs à autoindicação. Ele é rival político da deputada e do prefeito Eduardo Paes (PSD), de quem Lucinha é aliada.

'ALTAMENTE SIGILOSO'

O nome do deputado Luiz Paulo (PSD), do mesmo partido de Lucinha e Paes, era cogitado para assumir a relatoria do caso de Lucinha. Mas o parlamentar teria declinado da indicação "para não causar mal-estar entre os colegas, por



Investigada. A deputada Lucinha: supostas ligações com quadrilha de Zinho

ser suplente e amigo de partido da deputada". Durante a sessão, os parlamentares trataram o caso "como altamente sigiloso". Apenas os membros da CCJ tiveram acesso aos documentos da investigação.

Desde novembro, Amorim vem negociando sua mudança para o União Brasil, para viabilizar sua candidatura à prefeitura do Rio nas eleições de outubro. O deputado afirma que, apesar de fazer oposição à deputada, a discussão sobre um possível afastamento

terá sido feita de "forma técnica e não eleitoral".

— Não farei palanque, mesmo já sendo chamado de miliciano pelo Eduardo Paes, que é aliado dela. Vou analisar de forma técnica — afirmou o presidente da CCJ.

Nos bastidores, é dado como certo que Lucinha se livrará da punição dos colegas. O plenário deve bater o martelo sobre o afastamento na quarta ou na quinta-feira. Lucinha está proibida pelo STJ de comparecer à Alerj ou ter qualquer tipo de contato com os deputados. Procura-da, ela não foi localizada.

Na investigação da PF, conversas interceptadas com autorização da Justiça mostrariam a interferência da parlamentar para proteger milicianos e prejudicar bandidos rivais.